

PPA - Quais os efeitos da articulação entre os movimentos?

Os primeiros fóruns de debate do Plano Plurianual indicam potencial de articulação dos movimentos sociais, inclusive de mulheres, em torno do debate do desenvolvimento, quer pela qualidade das intervenções, quer pelo processo de articulação prévia entre movimentos, e ainda pelo número de participantes. Ao final do processo poderemos avaliar os frutos deste esforço de interlocução com governo federal e de articulação entre nós.

Esta é a proposta da Inter-Redes, que em recente reunião definiu, para o mês de agosto, um seminário de avaliação do processo. A intenção é analisar a influência dos movimentos sobre o PPA, os efeitos da participação no fortalecimento da sociedade civil, e ainda considerar o caráter da participação que foi realmente possível.

Possuindo aspectos positivos, o processo tem algumas fragilidades. A definição governamental sobre a lista de participantes de cada evento estadual demora a sair. A presença do setor empresarial ainda é pequena e é preciso que esse setor venha a público defender suas posições. O campo de alianças entre as redes e setores dos movimentos sociais representados pode e deve se ampliar. Isto se constitui um duplo desafio para os movimentos de mulheres: dialogar entre si, com base na Plataforma Política Feminista, e estreitar a articulação com movimentos mistos.

Apesar dos limites, os fóruns do PPA seguem como estratégicos por serem oportunidades de debatermos a contradição entre a retórica do documento governamental do PPA e os limites da proposta de orientação econômica, em implementação.

A AMB posicionou-se pela valorização do PPA como instrumento de políticas públicas e de garantia da efetivação de direitos e justiça social. Temos defendido a interlocução com o governo para um PPA participativo ao longo de toda a gestão, e não apenas neste momento inicial. Este é o motivo pelo qual, em que pese a tímida e vaga proposta de diretrizes apresentada pelo governo, a AMB mobiliza e democratiza informações para estimular sua representação no que está sendo considerado o mais ousado da proposta governamental: abrir-se ao diálogo com a sociedade civil.

Ministérios

Paralelamente aos fóruns estaduais do PPA, os ministérios avançam nas suas consultas. A Rede Mulher de Educação e outras organizações feministas acompanharam a reunião do Ministério da Educação e constataram muitos problemas. O mais grave deles é a bolsa para as mães de crianças de até 6 anos, em locais onde não há creches. O que parece bom, numa olhada superficial, é péssimo do ponto de vista do feminismo: em vez de implantar creches e retomar e aprimorar o programa de educação infantil destruído no governo FHC, o ministro Cristóvan Buarque recoloca sobre as mães a responsabilidade do cuidado exclusivo com as crianças, excluindo possibilidades de exercerem atividades fora de casa.

Nesta conjuntura, incluímos na seção CONtextos artigo de Fúlvia Rosemberg, feminista e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, que há muitos anos trabalha o tema da educação de crianças e a partir disso apresenta suas críticas.

Relatórios sobre o Brasil no Comitê CEDAW

Hoje (1/7), segundo dia da 29ª Sessão do Comitê CEDAW (Nova York, EUA) será analisado o Relatório Oficial do Governo Brasileiro sobre o cumprimento da *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)*.

Terão voz, logo após a apresentação do relatório, representantes de organizações não-governamentais, do movimento de mulheres e das entidades AGENDE e CLADEM, responsáveis pela elaboração do Relatório Alternativo. Dentre as 13 redes feministas que participaram do processo de avaliação da sociedade, estarão presentes a Articulação de ONGs de Mulheres Negras e a Rede Feminista Norte/Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e relações de Gênero (REDOR).

Segundo boletim da AGENDE, a defesa do Relatório Oficial pelo Governo brasileiro está prevista para o dia 9 de julho.

Participaram do processo de reflexão e elaboração do relatório da sociedade civil:

- AMB
- Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras
- ANMTR-Brasil - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
- CNMT/CUT - Comissão Nacional Sobre a Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores
- MAMA - Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
- REDEFEM - Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas, Rede de Mulheres no Rádio
- REDOR - Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero
- Rede Nacional de Parteiras Tradicionais
- Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
- Secretaria Nacional da Mulher da Confederação Geral dos Trabalhadores
- Secretaria Nacional da Mulher da Força Sindical
- UBM – União Brasileira de Mulheres.

Anistia espanhola denuncia crimes contra LGBT em 80 países

Em tempos de parada lésbica, gay, bissexual e de transgêneros, a Anistia Internacional –seção espanhola denunciou que a homossexualidade ainda é crime em mais de 80 países. Frente a isso, a organização está solicitando ao governo espanhol que a perseguição por razões de orientação sexual seja incluída entre as causas para concessão de asilo político.

Segundo a Anistia, a base de toda violência homofóbica é a ignorância, somada à discriminação e à repressão oficial, além da impunidade para quem pratica tais atos. Por isso, atualmente estão mais encarceradas/os quem vive em países como a Arábia Saudita, onde a homossexualidade e o lesbianismo são crimes tratados com a pena de morte.

De outro lado, apenas na Europa, já se contabiliza a participação de mais de um milhão de pessoas nas paradas LGBT. Merece destaque a realizada em Paris, cujo lema foi “Contra todas as discriminações”, e a de Berlim, com o lema: “Aceitação, em vez de apenas tolerância”. Em comum, nas duas cidades, o fato de os prefeitos serem homossexuais assumidos.

No Brasil, já aconteceram paradas em 12 estados. A de Brasília acontece no próximo dia 6 de julho.

I Congresso de Mulheres LBT

A pré-conferência mundial da Associação Internacional de Lésbicas e Gays - ILGA, também intitulada “I Congresso de Mulheres Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros”, previsto para dias 12 e 13 de novembro, em Manila (Filipinas) contará com apoio financeiro para participação de mulheres de países do Sul. Mulheres interessadas em concorrer às bolsas de financiamento devem enviar suas inscrições até 30 de julho para o Secretariado ILGA (secretariat_ilga2003@yahoo.com).

As bolsas garantem também a participação na Conferência Mundial de ILGA (8 a 18 de novembro), porém não incluem custos com passagens. **Informações:** Anna Leah Sarabia, co-secretária geral de ILGA (e-mail acima) e Alejandra Sardá (alejandra@iglhc.org).

Fundada em 1978, ILGA reúne mais de 350 organizações nacionais e locais, em mais de 80 países (site internacional: www.ilga.org ; site latino-americano: www.ilgalac.org).

CONtextos – Anexamos nesta edição o artigo “Sísifo e a educação infantil brasileira”, de Fúlvia Rosemberg, que faz uma crítica a documento do Ministério da Educação, contido no PPA. O Ministério propõe um programa para educação de mães, como alternativa à creche, que repete a perspectiva de iniciativas implantadas no México e em Cuba: a subordinação de gênero. Considera-se que as mulheres são destinadas a ficar em casa, cuidando dos seus ou dos filhos/as de outras mulheres.

Previdência

O Fórum do Rio Grande do Norte já está marcando reunião com parlamentares federais do Estado para apresentar propostas defendidas pelos movimentos de mulheres na reforma da Previdência. Entre as deputadas, o Fórum está buscando contato com Fátima Bezerra e Sandra Rosado.

Casa da Mulher Negra em festa

Neste 30 de junho, a Casa de Cultura Mulher Negra (São Paulo) comemorou 13 anos de defesa dos direitos da mulher negra e de toda população afro-descendente, numa trajetória de resgate de identidade de gênero e raça, e de luta contra o racismo. Neste dia de sorriso e abraço negro, a festa da Casa é também a festa de quem luta contra toda forma de desigualdade. É também nossa festa.

Parabéns às feministas da CUT !

O número 13 também marca a CUT, este mês. Foi aprovada, no oitavo congresso da Central, a criação da Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora. Com esta, a CUT soma 13 secretarias nacionais.

Mais do que um número, o fato representa o acúmulo de um debate iniciado há 10 anos na Central, ressaltou Ednalva Bezerra, eleita para a nova Secretaria. De acordo com ela, pesou na discussão das estratégias para as mudanças estatutárias a intenção de dar maior importância à mulher trabalhadora que, desde 1986 tinha sua representação restrita a uma Comissão de mesmo nome, ligada à Secretaria de Política Sindical.

Proposta por essa Comissão, a Secretaria da Mulher foi sendo debatida nos congressos estaduais, até obter sua aprovação, por unanimidade, no evento nacional. Este ano, a CUT também anuncia os 10 anos de uma ação afirmativa: o cumprimento da cota de 30% de participação das mulheres nos eventos e nas executivas da Central.

Pará - Representantes do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense estarão representando a AMB na I Plenária Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste Paraense, dias 3 e 4 de julho, em Belém. A Plenária foi convocada pelo Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), pela Federação de Trabalhadoras/es na Agricultura e pela Fundação Sócio-Ambiental do Nordeste Paraense. O tema será “Construindo o Desenvolvimento Rural Sustentável com Equidade de Gênero”. Segundo Francisca Nascimento, do MMNEPA, um dos objetivos da plenária é fortalecer a organização regional das mulheres trabalhadoras rurais. O evento marca também os 10 anos do MMNEPA.